

ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h30 do dia 07 de junho de 2016, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Ala B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS, sob a coordenação do Sr. Carlos Eduardo da Silva Sousa, Diretor Substituto do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (DESID/SE/MS).

Procedeu-se a entrega do material de apoio composto de: a) Pauta da 92ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 91ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2001 até 1º bimestre de 2016, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios;

Com a palavra, o Sr. Carlos abriu a reunião cumprimentando a todos e deu início aos pontos da pauta da reunião.

Ponto de Pauta: Discussão e aprovação da Ata da 90ª CT/SIOPS.

O coordenador pôs em discussão e aprovação a Ata da 91ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 06/04/2016, submetida previamente à análise dos membros da CT/SIOPS. A Ata foi aprovada em todos os seus termos sem questionamentos ou observações.

Ponto de Pauta: Panorama das propostas de leis e emendas à Constituição que influenciam na aplicação mínima de recursos em saúde.

A Sra. Maria Eridan Pimenta Neta, coordenadora geral substituta da CGES/DESID e Coordenadora do SIOPS, apresentou os impactos da Emenda Constitucional (EC) 86 e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 143/2015 para a saúde pública. A EC 86 alterou a regra de aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) para União e a PEC 143 propõe desvinculação de 25% da receita da união, estados, DF e municípios.

A regra de aplicação da União, que previa que o valor aplicado deve ser igual ao montante da aplicação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (BIP), foi alterada com a EC86, passando a corresponder a um escalonamento utilizando a Receita Corrente Líquida (RCL): 2016 com aplicação mínima de 13,2 % da RCL até atingir 15 % em 2020.

Discutiu-se acerca da PEC 01/2015, cujo objetivo é tentar substituir a EC 86 e assim diminuir a perda do financiamento em relação à União. A proposta original dessa PEC, escalonada para seis anos começa com 15,6% da RCL em 2017 e termina com 19,4% em 2022. Já a proposta aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados prevê alteração escalonada em sete anos, começando com 14,8% da RCL em 2017 até chegar a 19,4% da RCL em 2023.

Ainda com a palavra, a Sra. Eridan explicou que a PEC 143 prevê a desvinculação de receitas da união (DRU) de 20% para 25%, e cria desvinculação de 25% das receitas para os Estados, DF e Municípios, o que é preocupante por diminuir a base de cálculo para aplicação mínima em ASPS.

A Sra. Carla Tardivo, consultora jurídica do DESID, explicou que, no caso dos estados e municípios, dos 100% recebidos em impostos, retira-se 25% para a desvinculação e os 75% restantes será a base para o cálculo do percentual de aplicação mínima em ASPS, o que diminui o valor a ser aplicado na saúde.

Os membros do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e prefeitos já se manifestaram contrários à proposta da PEC 143.

Foi apresentada também a projeção de perda em ASPS considerando EC 86 e PEC 143. Em 2016, foi tomada como variável para fazer o cálculo a receita bruta de 2016 igual a de 2015.

A média de aplicação em ASPS em 2015 foi:

União = 13,2% (valor previsto na EC 86)

Estados e DF = 13,45%

Municípios = 23,25%

Se os entes aplicarem somente o mínimo em 2016, haverá uma perda de:

	2016
União	11,0 bi
Estados/DF	15,6 bi
Municípios	18,0 bi
Total	44,6 bi

O departamento fez uma projeção para o ano de 2017. Informações importantes: foi considerada somente a PEC 143; a receita utilizada é com base no repasse de FPE e FPM de 2016; a variação do PIB (prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 1% e a média de aplicação de 2015. A perda para os estados e DF seria de 14,5 bilhões e para os Municípios 21,1 bi. Logo em 2017 a saúde perderia 35,6 bilhões, sem considerar a EC 86.

A representante do Conass, Viviane Rocha de Luiz, ponderou a existência da PEC 04/2015 que aumenta a DRU para 30%, o que pode agravar ainda mais a situação das receitas para a saúde.

Ponto de Pauta: Informes gerais:

A Coordenadora do SIOPS, Maria Eridan, passou a palavra para o Sr. Wesley Trigueiro que apresentou os pontos de informes a, b, c e d da pauta.

a) Disponibilização e Alimentação dos Sistemas Bimestrais 2015 e 2016, atraso na disponibilização dos sistemas 2016.

Foi informado que a versão de transmissão do 1º bimestre de 2016 do sistema municipal foi disponibilizada em 08/03/2016 e a versão de preenchimento do estadual foi disponibilizada em 10/03/2016, pois houve atraso na entrega do sistema de transmissão. O sistema do 2º bimestre de 2016 está atrasado, em virtude de adequações ao Plano de Contas e outras mudanças significativas. Foi criado um *pop up* no site do SIOPS para informar o motivo do atraso.

b) Situação das medidas administrativas da LC nº 141/2012 (Suspensão e Redirecionamento das Transferências Constitucionais).

Informou-se que há sete municípios suspensos e 12 municípios com as transferências constitucionais condicionadas que somados formam um total de R\$ 6.700.453,20 não aplicados em 2015.

c) Calendário de Oficinas e Eventos em que a CSIOPS está inserida. (Ano 2016), destaque do Projeto SIOPS Itinerante.

O Sr. Wesley apresentou o calendário de oficinas e eventos com a participação do SIOPS, explicou o projeto do “SIOPS Itinerante” que com o apoio dos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde leva treinamento aos estados para os responsáveis pela alimentação do sistema municipal.

Eventos para 2016:

- ✓ Congresso Nacional do CONASEMS – Curso de Gestão de Recursos Financeiros do SUS – 01 a 04 de Junho – Fortaleza/CE
- ✓ VII Secofem – 13 a 17 de Junho – Belém/PA
- ✓ SIOPS Itinerante – 20 a 24 de Junho – Belém e Santarém / PA
- ✓ SIOPS Itinerante – 11 e 12 de agosto – Amapá

d) Reforma Tributária e Beneficiômetro.

O professor Elias Jorge, autor do projeto, não compareceu. Razão pela qual o assunto não foi explanado.

Encaminhamentos Finais

Apresentar o trabalho do IPEA sobre Restos a Pagar na 93ª CT/SIOPS.

O Sr. Carlos Eduardo agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião convidando os membros para a próxima reunião ordinária da CT/SIOPS a ser realizada em 02/08/2016.